

## RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS: DILEMAS DA INTOLERÂNCIA NA CONTEMPORANEIDADE

*José Geraldo da Rocha*<sup>1</sup>

*Cleonice Puggian*<sup>2</sup>

*Luana Rodrigues*<sup>3</sup>

**Resumo:** O texto se propõe a discutir os dilemas da intolerância no cotidiano dos adeptos das religiões de matrizes africanas na sociedade brasileira. O crescimento da intolerância religiosa tem acarretado inúmeros transtornos no processo de interação social dos afro-brasileiros. No presente trabalho, são apresentados resultados da pesquisa sobre a intolerância sofrida pelos praticantes das religiões de terreiros da Baixada Fluminense nos anos 2010/2011. O estudo revelou que a intolerância religiosa se manifesta nas várias esferas sociais, como a família, a escola, o trabalho, a rua e também nos órgãos públicos. Os resultados indicam que o respeito às diferenças é exigência para a convivência social digna entre os povos, entre as culturas, entre as nações e entre os cidadãos.

**Palavras-chave:** Religiões; Discriminação; Intolerância; Terreiros.

**Abstract:** This paper explores the dilemmas of intolerance in the daily lives of members of African religions in Brazil. The growth of religious intolerance has led to various disruptions in the process of social interaction in Brazilian society. In this paper we present results of a research on religious intolerance conducted

---

<sup>1</sup> Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO).

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade de Cambridge. Professora Adjunta da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO).

<sup>3</sup> Graduanda em História pela Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) e Bolsista de Iniciação Científica (CNPq).

among adepts of African cults at Baixada Fluminense in the years of 2010 and 2011. The study revealed how religious intolerance manifests itself in various social spheres, such as: families, schools, workplace, streets and public offices. Results indicate that respect to differences is a requirement for people, cultures, nations and citizens to life together.

**Keywords:** Religions; Discrimination; Intolerance; Terreiros.

## INTRODUÇÃO

As práticas de discriminação e intolerância contra os adeptos das religiões de matrizes africanas foram por muito tempo relegadas a segundo plano em pesquisas nas áreas das Ciências Sociais e das Ciências Humanas. Nota-se incompreensões, preconceitos e, em muitos casos, *tabus* envolvendo as práticas e vivências que se dão nestes espaços. Há vários registros na mídia impressa sobre os dilemas enfrentados na contemporaneidade por aqueles que professam a fé nas religiões dos Orixás. Este estudo revela que a intolerância religiosa tem marcado a vida cotidiana dessas pessoas e criado constrangimentos nos processos de interação social, seja no mundo do trabalho, na escola, na vida familiar, na rua ou nas relações com organismos públicos.

Membros do movimento negro e estudos recentes estimam que haja na Baixada Fluminense em torno de cinco mil casas de cultos, denominadas terreiros, o que caracteriza a região como um espaço geográfico onde se acentuam os conflitos entre segmentos religiosos. O objetivo da investigação é identificar, a partir da narrativa dos adeptos das religiões de matrizes africanas na região, as múltiplas dimensões do processo de discriminação e a intolerância gerada pelo embate sistemático com membros de segmentos religiosos pentecostais e neopentecostais.

Do ponto de vista metodológico, trabalhamos com uma abordagem de pesquisa qualitativa, de cunho etnográfico. Elegemos como procedimentos para coleta de dados, em primeiro lugar, a observação participante. A observação e a escuta pormenorizadas e atentas permitiram colher informações

e compreender os motivos de determinados tipos de comportamentos presentes naquele universo. A partir da observação e da escuta, o segundo passo foi a organização e análise das informações recolhidas, estabelecendo as diferenças e semelhanças existentes entre elas. Em seguida, outro passo metodológico tratou-se da elaboração do texto etnográfico propriamente dito. Foram privilegiados como sujeitos deste trabalho as pessoas que frequentam os terreiros e que sofrem as perseguições em função de suas práticas religiosas.

O artigo inicia esclarecendo alguns termos e situando a questão da intolerância religiosa. No segundo momento, são apresentadas informações sobre a Baixada Fluminense e, finalmente, descritos alguns depoimentos colhidos, assim como as análises sobre o impacto da intolerância religiosa nas várias esferas de interação social.

## ELUCIDAÇÃO DOS TERMOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Usa-se o termo “religiões de matrizes africanas” para designar as práticas religiosas desenvolvidas pelos negros no Brasil. Segundo Verger (1981), as primeiras menções às religiões africanas no Brasil são de 1680, por ocasiões das pesquisas do Santo Ofício da Inquisição, quando Sebastião Barreto denunciava o costume que tinham os negros na Bahia. Quando se fala de “religiões de matrizes africanas”, não se está fazendo distinção entre os pertencimentos vinculados às tradições, sejam elas ketu, jêje, nagô, nação ou angola, nem tampouco distinção entre candomblé, batuque, tambor e umbanda. Isto porque a intolerância é generalizada, estendida a todos os que professam as religiões dos orixás, cujo rótulo ou estigma passou a ser naturalizado nas relações sociais como *os macumbeiros*.

O “terreiro”, segundo a cultura yoruba, significa casa ou, então, o espaço de realização do culto sagrado nas tradições dos orixás. Ele é também considerado como patrimônio imaterial da diversidade cultural humana, constituindo-se um local de luta e resistência dos afrodescendentes (Silva,

2009). “Orixás” são as divindades cultuadas nos terreiros. São uma força pura, uma energia imaterial ou mesmo um ancestral divinizado (Verger, 1981).

Já o termo “intolerância religiosa” refere-se a atitudes, que são expressas por gestos e palavras. Tais atitudes revelam inabilidades, preconceitos e uma indisposição em relação ao reconhecimento e ao respeito às diferenças ou crenças religiosas do outro. Segundo Silva, a intolerância religiosa é

Uma expressão que descreve atitudes fundadas nos preconceitos caracterizadas pela falta de respeito às diferenças de credos religiosos praticados por terceiros, podendo resultar em atos de discriminações violentas dirigidas a indivíduos específicos ou em atos de perseguição religiosa, cujo alvo é a coletividade. Essa perseguição religiosa vem, nas últimas décadas, configurando-se em verdadeira batalha espiritual, ameaçando os padrões de uma sociedade alicerçada na ética, na liberdade, na democracia e na cultura da paz. (SILVA, 2009, p. 128)

Silva Jr. (2009, p. 207) afirma que “[...] a intolerância religiosa constitui uma grave violação dos direitos humanos, e seus agentes devem ser tratados exatamente conforme determina a Lei: como criminosos”. Do ponto de vista da origem, pode-se afirmar que tal intolerância está relacionada ao sistema de convicção religiosa nas próprias crenças dos indivíduos ou mesmo na incapacidade do indivíduo de compreender as crenças e práticas religiosas diferentes da sua e, conseqüentemente, admitir o seu direito à existência.

A intolerância religiosa, bem como a discriminação, são fatos sociais, que, em conformidade com a teoria sociológica de Émile Durkheim, estão caracterizados em função da sua generalidade. Em tempos de recrudescimento da intolerância e da discriminação étnico-racial mundo afora, verifica-se que, nos países da Comunidade Europeia, os judeus permanecem como alvos principais, seguidos de perto por muçulmanos e imigrantes de várias nacionalidades. Há conflitos envolvendo protestantes e católicos; judeus e católicos; muçulmanos e cristãos; tradições ocidentais e tradições africanas. Ao assumir o caráter racial, a intolerância religiosa vai, segundo Silva Jr. (2009, p. 210-211), “[...] configurar uma das faces mais abjetas do racismo brasileiro, mantendo-se intacta ao longo da história, e resistindo, inclusive,

ao processo de democratização, cujo marco fundamental foi a promulgação da Constituição de 1988”.

Segundo Hans Kung (1993), não haverá paz no mundo sem uma paz entre as religiões. Uma grande quantidade de conflitos entre povos nos vários continentes tem em suas raízes a questão religiosa. O entendimento entre as diferentes religiões é exigência para a convivência digna entre povos, entre culturas, entre nações e entre cidadãos.

Nessa perspectiva, são notórios os esforços realizados no mundo inteiro buscando formas de superação da intolerância religiosa. Em 25 de novembro de 1981, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas fez a Declaração Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções, uma declaração específica tratando da intolerância religiosa. Nessa declaração,

[...] entende-se por intolerância e discriminação baseadas na religião ou nas convicções toda distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na religião ou nas convicções e cujo fim ou efeito seja a abolição ou o fim do reconhecimento, o gozo e exercício em igualdade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. (ONU, 1991 *apud* Cavalcanti, 2009, p. 327).

Desde os tempos da colonização na América Latina, a fé professada a partir dos elementos da africanidade tem sido concebida pela cultura dominante como uma prática primitiva, agressiva aos “bons costumes” e não raro associada às coisas do demônio. No contexto da colonização, as expressões religiosas que se opusessem ao projeto colonial eram identificadas como algo maléfico e não pertencente a Deus. Tal concepção estava fundamentada no postulado “[...] fora da Igreja não há salvação”. Ao falar igreja, nesse contexto, era entendida Igreja Católica. (Cehila, 1987; Frisotti, 1992; Rocha, 1998).

O crescimento da intolerância tem causado danos à dignidade da população afro-brasileira que é adepta das religiões de matrizes africanas. São danos relacionados à estigmatização (Goffman, 1988), à autoestima, à valorização de sua identidade étnica, medos de explicitar sua pertença religiosa, esfacelamentos nas relações familiares, instabilidade e traumas emocionais.

A intolerância é ao mesmo tempo desumanizadora para o indivíduo que a sofre, como o é para quem a pratica.

Há registros no Rio de Janeiro de diversos atos de intolerância religiosa vitimando os praticantes das religiões de matrizes africanas, compreendidas aqui o candomblé em suas diferentes derivações – ketu, gêge, nagô, angola, nação entre outras, bem como a umbanda, sendo o episódio mais conhecido a invasão e depredação do Centro Espírita Cruz de Oxalá, situado no bairro do Catete<sup>4</sup>.

Como respostas, foram organizadas manifestações de protesto como caminhadas em defesa da liberdade religiosa, fóruns de debates sobre intolerância religiosa e a organização de seminários que discutem a relação entre Estado e religião.

Historicamente, as expressões e manifestações de fé ligadas aos terreiros e consequentemente vinculadas à origem africana sofreram perseguições, mais agressivas ou mais moderadas, dependendo dos interesses em jogo (Silveira, 2005, p. 18-23). A opressão dos tempos coloniais manteve-se mesmo depois da independência política e da proclamação da República, silenciando, encobrendo e entrincheirando as religiões de matrizes africanas e acoassando, reprimindo e vilipendiando seus adeptos em uma evidente dificuldade de conviver com o outro.

A temática da discriminação e intolerância religiosa relacionada às religiões de matrizes africanas no Brasil assume um horizonte diferenciado com a promulgação da Lei 10.639, de 2003.

Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:”Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e

---

<sup>4</sup> Evento que causou grande consternação dos praticantes das religiões de matrizes africanas e que foi noticiado intensamente pela imprensa. Disponível em: [http://extra.globo.com/rio/materias/2008/06/02/centro\\_espirita\\_depredado\\_no\\_catete-546631537.asp](http://extra.globo.com/rio/materias/2008/06/02/centro_espirita_depredado_no_catete-546631537.asp). Acesso em 12 de fev. 2009.

dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003)

O horizonte que se abre com a lei evoca uma postura diferenciada de acadêmicos e educadores. Trabalho como *O Terreiro e a Cidade* (Sodré, 1998) vai tornar-se referência para os educadores interessados na implementação da lei em virtude da forma como trata a questão das relações raciais e suas interfaces, inclusive a religiosa. O trabalho oferece um aporte para a compreensão das organizações e delimitações dos espaços urbanos e suas relações com as práticas religiosas de origem africanas no país. Munanga (2005) alerta que os educadores devem superar preconceitos e lidar com os múltiplos aspectos da diversidade da cultura brasileira. Essa pluralidade vai fazer com que cada um tenha maneiras diferentes de falar de Deus (Theodoro, 2005), o que, na comunidade negra, se passa através da oralidade no cotidiano das práticas religiosas. Ainda segundo Theodoro (2007), tais comunidades tornam-se espaços estruturadores de identidades e de formas de comportamento social e individual.

Nessa perspectiva, o trabalho de Benjamin (2006) oferece uma contribuição importante quando organiza a coleção *A África Está em Nós*, voltada para subsidiar os educadores na implementação da lei 10.639. No referido trabalho, os aspectos religiosos ligados à cultura afro-brasileira, vão aparecer como uma valiosa herança a ser ensinada e apreendida. No processo de re colocação dos valores no tocante à religião, Rocha (1998) aponta a necessidade de uma reinterpretção do cristianismo para garantir o direito ao respeito e à liberdade religiosa dos segmentos de matrizes africanas. Seguindo uma mesma perspectiva, Santos (2007) elabora seu trabalho fazendo reverberar a tolerância religiosa através da ética a ser estabelecida na sociedade, considerando e respeitando a fé de homens e mulheres que professam a religião dos orixás como divindades criadas por Olorum. Tal preocupação transparece

também na obra de Barros (2007), quando sistematiza a história de Xangô como “A história que a escola vai poder contar”.

O aumento da intolerância religiosa vem mobilizando diversos setores da sociedade para lutar e fazer valer o direito à liberdade religiosa assegurado na Constituição. Foi criada a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, com membros de diversas denominações religiosas, que organizou uma mobilização, cujo resultado levou às ruas do Rio de Janeiro, em 2009, mais de 10 mil pessoas, que se uniram na Orla de Copacabana para levantar um grito de protesto. Naquela ocasião, foi produzido um Guia de Combate à Intolerância Religiosa (Silva, 2009).

Vive-se, ainda hoje, em uma sociedade na qual se verificam atitudes de preconceito, de intolerância e de discriminação em relação aos adeptos e às religiões de matrizes africanas, em flagrante desrespeito ao texto constitucional que assegura a liberdade de crença a todo brasileiro. As atitudes de desrespeito explicitam elementos que configuram simbolismos e arquitetam a constelação de ritos e linguagens que regem práticas cotidianas de interação social (Goffman, 2009).

Constatar que a intolerância religiosa e a discriminação étnico-racial fazem parte do nosso cotidiano tem despertado em algumas instituições e segmentos da sociedade, em especial nos agrupamentos afro-religiosos, uma tendência de repulsa e mesmo de reivindicação de direitos diante do Estado. Tem sido comum manifestações de protesto como caminhadas em defesa da liberdade religiosa, fóruns de debates sobre intolerância religiosa e a organização de seminários que discutem a relação entre Estado e religião. Artistas, intelectuais e representantes de outras religiões têm participado desse movimento, e são também frequentes as matérias de jornais, revistas, os noticiários e programas de televisão dedicados ao assunto.

## O CAMPO DE PESQUISA

A Baixada Fluminense é uma região composta por vários municípios que formam a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A dissertação de mestrado *Mortalidade e condições de vida na Baixada Fluminense*, de Aline

de Moura Souza (2007), apresentou a região como um “cenário” de baixo desenvolvimento econômico e precárias condições de saúde. O intenso processo de ocupação e crescimento demográfico, experimentado durante o século XX, foi acompanhado por uma melhora parcial nas condições de saúde, habitação e infraestrutura básica, mas vários problemas ligados à situação de pobreza e necessidades básicas não atendidas ainda persistem. A população da região é marcadamente de afrodescendentes. Do ponto de vista da religiosidade de matriz africana, líderes regionais ostentam ser a Baixada o local para onde veio o Candomblé da Bahia. Assim sendo, a expansão do Candomblé no Rio de Janeiro estaria associada à Baixada Fluminense. As casas e as personalidades mais famosas do universo religioso da matriz africana no Rio de Janeiro estão sediadas na região da Baixada Fluminense. O Ilê Axé Opó Afonjá, com raiz em Salvador desde 1910, se estabeleceu no bairro de Coelho da Rocha, em São João de Meriti, nos finais dos anos trinta, sob a coordenação de Mãe Agripina, filha de Mãe Aninha (Eugênia Ana dos Santos), da matriz em Salvador. Outra casa de grande destaque na Baixada é o terreiro de Joãozinho da Gomeia, também originário de Salvador, que chegou ao bairro de Copacabana, Duque de Caxias, no final da década de quarenta.

A região é também caracterizada pela instalação e crescimento de inúmeras igrejas de denominações cristãs. Com promessas de curas para todos os males, inclusive a prosperidade financeira, desencadeou-se nessa região uma avalanche religiosa, com conseqüente aumento dos conflitos.

A problemática que envolve a intolerância religiosa e a discriminação das práticas dos cultos de matrizes africanas nos leva a perguntar pelas implicações socioantropológicas da intolerância religiosa no cotidiano dos praticantes de cultos afro-brasileiros. Como se percebe o preconceito às práticas religiosas das comunidades de terreiro? Como seus membros vivenciam tal realidade no cotidiano das interações sociais?

Portanto, a escolha da Baixada Fluminense como *locus* do estudo está diretamente relacionada ao interesse por este fenômeno socioantropológico, sobretudo no que se refere às chamadas minorias étnicas e culturais presentes na Diáspora. A exacerbação de um tipo de violência registrada historicamente,

a qual legitima atos de intransigência e de discriminação cada vez mais comuns, justifica a realização de um estudo sistemático sobre a relação entre religião e sociedade, assim como a produção de conhecimento científico sobre este fenômeno numa região de grande relevância para o país.

## DILEMAS DA INTOLERÂNCIA

A pesquisa descrita neste texto foi realizada no Município de Duque de Caxias, entre os anos de 2010 e 2011, com quarenta e dois membros de casas de referência da região e de casas indicadas por eles. Os dados evidenciaram múltiplos aspectos dos dilemas vividos pelos membros destas casas, assim como as estratégias cotidianas desenvolvidas por eles no enfrentamento das situações de conflito que ocorrem em vários espaços sociais. Considerando a complexidade das relações e as consequências das escolhas que se apresentam aos adeptos desta prática de fé, decidimos aqui utilizar o termo *dilema* para representar as implicações da opção religiosa que, ao tornar-se pública, assume uma herança histórica de exclusão e preconceito; e, quando silenciada, acarreta ao indivíduo um dano subjetivo, marcado por um processo consciente e doloroso de negação da identidade religiosa.

Cabe destacar que todos os entrevistados se declararam vítimas de algum tipo de intolerância, manifestada através de agressões verbais, físicas e simbólicas. Os casos relatados ocorreram, de forma geral, a partir do reconhecimento dos sinais de pertencimento dos adeptos das religiões de matrizes africanas, tais como as vestes, a indumentária (por exemplo, os fios de conta), marcas físicas (cicatrizes e cabelo raspado), presença em espaços sagrados (encruzilhadas), gestos rituais (oferendas) e linguagem (expressões). Foram registrados também dois casos de intolerância com indivíduos que, embora não adeptos, posicionaram-se em defesa do direito de tais segmentos religiosos.

Durante o processo de análise, estudamos os casos de intolerância, elegendo como categorias os tipos, sujeitos e espaços onde esses casos ocorreram. Chamou-nos atenção, entretanto, a permeabilidade da intolerância nos vários espaços sociais. Decidimos então utilizar a categoria espaço para agrupar

os casos significativos e para orientar nossa análise, como veremos a seguir. Antes de prosseguirmos, cabe assinalar que os nomes reais dos informantes serão preservados, garantindo assim a confidencialidade.

#### A) RESIDÊNCIA

Um dos principais espaços de intolerância que se revelou durante o estudo foi a própria residência dos adeptos das religiões de matrizes africanas. Os dados coletados demonstraram que a vivência destas religiões tem se colocado como um dos dilemas para a continuidade das relações familiares, como no caso de Lú, uma mulher com 46 anos.

No meu caso, a intolerância começa dentro de casa, na minha família. Sou de tradição católica e essas coisas de terreiro lá em casa são vistas com muita reserva. Ao tomar conhecimento de minha pertença religiosa ligada aos ancestrais, [ao descobrir] que tinha que cuidar do meu santo, resolvi fazer tudo escondido para não criar um mal estar na minha família. Na casa da minha mãe, ninguém sabe que fiz santo. E, se me perguntarem, eu nego. Minha sorte é que não moro mais com eles no dia a dia. Quando preciso fazer minhas obrigações no terreiro, digo a eles que vou viajar. Assim levo a minha vida. (Lú)

É muito comum na constituição das famílias brasileiras encontrarmos pessoas ligadas direta ou indiretamente a diferentes inserções religiosas. Por se tratar de relações familiares, os conflitos acabam contornados para manter a convivência e a unidade familiar. Os laços consanguíneos influenciam decisivamente os processos de busca de soluções nos relacionamentos. Em muitos casos, a tônica é a dissimulação como elemento chave da convivência: *sou, mas é como se não fosse, pertença, mas é como que não pertencesse*. O rompimento com a família em função da vivência religiosa só ocorre em casos extremos, sendo frequentes nos casos dos adeptos das religiões de matrizes africanas.

Sou professora do ensino fundamental e catequista. Quando descobri que teria que iniciar num terreiro por questão de saúde foi um drama. Minha família não poderia ficar sabendo. Eu não tive coragem de contar. Saí de casa e fui morar com um grupo de pessoas militantes do movimento negro numa pequena comunidade na Baixada. Aproveitei esse tempo e preparei tudo o que precisava. Quando ia me recolher, disse a eles que ia fazer uma viagem. Eles só ficaram sabendo na verdade depois que tudo já havia acontecido. [...] foi um tempo muito difícil. Nunca mais a minha relação com a família foi a mesma. Eles vivem esperando que um dia eu abandone esse caminho errado. (Joana)

O depoimento acima é uma expressão dessa necessidade de preservação das relações familiares. Há situações em que, para o bem da família, os adeptos optam por manter o sigilo. Nesse caso específico, o distanciamento do núcleo familiar foi a solução encontrada para a vivência da fé. O medo de contar a verdade corresponde ao medo de não ser compreendido e aceito. Os entrevistados argumentam que a *harmonia* na família não deve ser quebrada e, sendo assim, consideram mais prudente *dar um tempo*, sair em busca de um espaço onde haja acolhimento e aceitação da vivência religiosa.

## B) LOCAL DE TRABALHO

Além da residência, nossos entrevistados também relatam casos de intolerância no cotidiano das relações humanas no mercado de trabalho, onde a pertença religiosa, muitas vezes, acaba sendo ocultada para garantir a permanência no emprego. Esse foi o caso de Josélia, professora de uma escola católica.

Tenho 58 anos, trabalho há trinta anos como professora de primeira a quarta (*série*) em uma escola de freiras. Todos esses anos eu tive que esconder minha religião. Eu sabia que, se as irmãs descobrissem minha religião, eu seria mandada embora do trabalho. Nesses anos presenciei inúmeras vezes as formas desrespeitosas com que tratavam minha religião. A dor era maior por não poder reagir, pois reagir naquela situação era certeza de perder o emprego. Quantas vezes, para não aparecer na escola com marcas de minha religião, tive

que inventar uma doença, forjar um atestado médico para justificar minhas faltas. Na minha religião, existem preceitos que muitas vezes exigem usar um turbante branco, ou até mesmo toda a roupa branca. Como aparecer assim na escola? É muito difícil fingir essas coisas. A gente aprende com o tempo a conviver escondendo essas coisas, que para nós são tão preciosas. O preconceito é muito grande. As pessoas não entendem ou não querem entender, então discriminam. Acho que elas nem se perguntam pelo sofrimento que a gente sente com essas discriminações. E assim a gente vai vivendo. (Joselia)

No caso relatado acima, as marcas das religiões de matrizes africanas transformam-se em estigmas nas relações sociais. Diante da intolerância e da discriminação eminente no mercado de trabalho, a ocultação da prática religiosa funciona como estratégia de resistência elaborada em conformidade com cada situação. Segundo Goffman,

Os estigmatizados empregam uma técnica adaptativa [...] com o objetivo de reduzir a tensão, ou seja tornar mais fácil para si mesmo e para os outros uma redução dissimulada ao estigma e manter um envolvimento espontâneo no conteúdo público da interação [...] Este tipo de acobertamento, deve se acrescentar, é um aspecto importante das técnicas assimilativas empregadas por membros de grupos étnicos minoritários. (Goffman, 2008, p. 113-114)

Nesse contexto, os que professam a fé nas religiões de matrizes africanas agem conscientemente na ocultação dos estigmas da sua fé. Nos casos estudados, nota-se que o acobertamento da identidade religiosa evita o desencadeamento ou acirramento de conflitos que poderiam resultar na perda do emprego. É mais que um simples mecanismo de defesa em uma perspectiva psicológica, pois trata-se de uma estratégia de resistência consciente e cuidadosamente vivenciada em um contexto de injustiça. Pode-se até dizer que tal estratégia faz parte do famoso “jeitinho brasileiro” (Rega, 2009).

### C) ESPAÇOS EDUCACIONAIS

Saindo da esfera das relações no mercado de trabalho, a escola se constitui outro espaço de intolerância. A escola como instituição social tem a função de formar o cidadão. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n. 9394/96), preconceitos, discriminação e intolerância não condizem com a missão dos educadores, nem com o papel da educação. A narrativa de Marquinho, a seguir, exemplifica a configuração da escola como cenário de conflitos e discriminação.

Estudo em uma escola pública e tem muitos alunos de igrejas evangélicas. Quando me iniciei no santo e tive que usar minhas vestes brancas foi um grande problema. A discriminação e a intolerância foram impressionantes. Alguns alunos chegavam a fazer ameaças físicas. Então reclamei junto à direção da escola. Fui informado que a escola não poderia fazer nada. Contei então para minha mãe de santo, que foi à escola tirar satisfação. Ela foi informada pela direção que a escola não poderia se responsabilizar pela situação e que seria melhor eu sair da escola. A direção colocou como condição da minha continuidade na escola um termo de compromisso da mãe de santo se responsabilizando pelo que pudesse acontecer comigo. (Marquinho)

A escola é um espaço privilegiado de formação para o respeito e para a convivência humana. A Lei de Diretrizes e Bases, no título II, artigo Art. 2º, que trata dos princípios e fins da educação nacional, estipula que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996)

É na escola que crianças e adolescentes passam grande parte do tempo em que se dá a formação da personalidade e o aprendizado das regras de convívio social. Ensinar a conviver com as diferenças é uma das principais missões dos educadores. A negação da escola em desempenhar, em profundidade, o seu papel educacional, repercute no modo como as relações pessoais ocorrerão no cotidiano.

#### D) OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS

A narrativa dos participantes do estudo indica que a iniciação em um terreiro, assim como as formas de vida dela decorrentes, como veremos o caso abaixo, acabam servindo de pretexto para práticas de intolerância nas relações sociais que ocorrem em espaços públicos.

Por várias vezes fui discriminado pela minha religião, em todas as vezes me senti muito mal, o que não é de se estranhar, quando se é violentado na sua fé. E dói muito quando acontece na sua rua, no seu bairro, onde você vive e exerce sua fé. Fui agredido na minha rua por uma pessoa evangélica que discriminou uma filha de santo minha, quando ela estava de resguardo. E eu fiquei muito chateado e fui tomar “satisfação” com ele e aí ele me disse palavras grosseiras e disse que nós fazíamos culto ao demônio, que Jesus ia salvar somente a ele e que eu iria para o inferno. Palavras agressivas que já conhecemos, que trazem consigo a intolerância religiosa, e eu, sinceramente, me senti muito mal. Eu nasci e vivo nesta rua até hoje, e depois que eles construíram essa igreja ao lado do nosso Barracão os transtornos começaram. (Paulo)

Ainda falando sobre manifestações de intolerância vivenciadas em espaços públicos, pode-se citar o depoimento de dois universitários em Duque de Caxias.

Isso aconteceu uma vez quando uma Yaô da minha casa de candomblé que estava de kelê (resguardo), pois tinha feito santo há pouco tempo, pegou uma carona comigo do trabalho dela no Rio até Caxias, na época em que eu fazia faculdade. Eu deixei meu carro no estacionamento em frente ao Colégio Duque (onde funcionava o curso de artes) e fui com ela até o ponto de ônibus onde ela pegaria um ônibus para sua casa também em Caxias. Quando estávamos descendo a rua em direção ao calçadão de Caxias, um grupo de pessoas que estava na sorveteria bem perto da esquina do colégio começou a gritar que ela estava com o diabo e que só Jesus poderia livrá-la daquilo etc. Eles gritavam sem parar e alto. Confesso que fiquei sem graça e com uma certa vergonha, não da Yaô, mas sim pela situação, pelo desrespeito. Tive vontade de xingá-los, mas se eu fizesse isso chegaria ao patamar baixo daquelas pessoas e me igualaria

a elas, simplesmente peguei no braço da Yaô, abaixamos a cabeça e seguimos nosso caminho. Sinceramente, não quero que me tolerem, eu quero que me respeitem. (Luiz)

A pesquisa demonstra que a simples presença de uma Yaô passando pela rua incomoda as pessoas. Nosso estudo indica que, em alguns casos, o fato de andar nos espaços públicos com elementos que identificam a fé vivenciada pelas pessoas de terreiros é motivo suficiente para provocar atos de desrespeito. Estes casos foram registrados também em transportes públicos, como indica o relato a seguir.

Entre num ônibus em um bairro em Duque de Caxias, e o trocador disse: Jesus te ama – eu estava com minhas guia no pescoço e meu ojá na cabeça; então eu lhe disse – Oxalá nos ama a todos; ele ficou indignado e iniciou um discurso religioso, uma verdadeira pregação em nome de Jesus para que eu um dia pudesse conhecer a Jesus e o aceitasse em meu coração, na minha vida. Fiquei surpresa com a atitude das outras pessoas no ônibus. Um cinco pessoas se juntaram a ele para orar pela minha vida. Ao tentar argumentar que o ônibus não era um templo da igreja deles, o trocador, mostrando uma Bíblia, dizia que o nome de Jesus devia ser pregado a todos os povos, em todas as nações, em todos os lugares, em todos os tempos. Diante do clima de animosidade que se formou, desci do ônibus antes do meu ponto de destino. Ao sair, ouvia as pessoas dizerem quase que gritando – “reprende, senhor”. (Rafaela)

Chama-nos a atenção nos dados o fato das atitudes de intolerância encontrarem respaldo na forma como alguns organismos do Estado se relacionam com os terreiros e lugares de culto das religiões de matrizes africanas. Alguns órgãos públicos, ainda nos dias atuais, continuam sustentando tais procedimentos, embora a Constituição estabeleça que é papel do Estado a garantia dos direitos do cidadão. Segundo Charon (2004, p. 130),

[...] as instituições existem para garantir as condições de lidar eficazmente com os problemas. São os modos como a sociedades asseguram a cooperação e a ordem. São os meios pelos quais as pessoas são socializadas para aceitar os

padrões sociais da sociedade. As instituições nos protegem, dão sentido a nossa vida, resolvem disputas e atendem às necessidades básicas dos que aqui vivem.

O depoimento a seguir ilustra a gravidade do problema e alerta para a descaracterização do papel das instituições e organismos públicos enquanto reguladores da ordem social.

Existe uma discriminação que é institucional. Organismos como defensoria pública, polícia e prefeitura afrontam, discriminam e recriminam os terreiros na Baixada Fluminense. Alguns desses órgãos colocam certas exigências para os terreiros existirem, que não são colocadas para as igrejas das demais religiões. (Tereza)

A história do país está repleta de episódios nos quais o Estado brasileiro atuou como órgão repressor dos terreiros, prisão das Yalorixás e Babalorixás. Abrir um terreiro era caso de polícia. O seu funcionamento requeria o alvará.

Os depoimentos indicam que práticas de intolerância e discriminação perpassam os vários setores do poder público, manifestando-se até no processo de coleta pública de lixo.

Meu barracão está há muitos anos nessa rua. Mesmo assim, a discriminação continua. Aqui, para você ter ideia, até o lixeiro discrimina. O caminhão do lixo passa duas vezes por semana na minha rua. Eles pegam o lixo de todo mundo. O lixo do barracão ele não leva. (Maria)

O depoimento dessa Yalorixá demonstra sua indignação, assim como a percepção das *sutilezas* nas práticas e atitudes que, no cotidiano social, revela várias facetas da intolerância contra aqueles que professam suas vivências de fé nas religiões de matrizes africanas. Certas concepções de Deus adotadas por denominações religiosas acabaram se tornando, para elas, um tipo de *verdade* absoluta. Os depoimentos coletados demonstraram que a absolutização da verdade como realidade presente apenas na sua religião tem criado muitos problemas e aumentado a intolerância em relação ao diferente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto procuramos descrever, a partir da narrativa dos adeptos das religiões de matrizes africanas, as múltiplas dimensões do processo de discriminação e intolerância religiosa na região de Duque de Caxias, Baixada Fluminense. Caracterizamos a Baixada como um espaço propício para o estudo deste fenômeno social em virtude da sua pluralidade cultural e religiosa, assim como pela variedade dos casos de discriminação divulgados nos meios de comunicação. Justificamos a realização deste estudo pela necessidade de dar voz aos adeptos das religiões de matrizes africanas em um dos municípios com maior população de afrodescendentes no Rio de Janeiro, registrando dilemas silenciados e muitas vezes ignorados tanto nos espaços públicos quanto nos acadêmicos.

Uma das nossas principais constatações foi que a intolerância religiosa tem atingido a coletividade dos adeptos das religiões de matrizes africanas. Repetimos aqui que *todos* os entrevistados do estudo foram vítimas de discriminação e violência associadas a sua prática religiosa. Portanto, os dados indicam que a intolerância é uma prática social recorrente, implicando o desrespeito e a negação do direito do cidadão de expressar publicamente sua fé.

Podemos concluir, a partir dos casos analisados neste estudo, que a intolerância religiosa vai sendo naturalizada nas práticas socioculturais, sendo gradualmente incorporados à cultura. Por exemplo, percebemos nas entrevistas que atos de intolerância já são considerados comuns para aqueles que pertencem às religiões de matrizes africanas. Vimos também que a protagonização dos casos de intolerância é mais frequente para os membros de segmentos religiosos cristãos em oposição aos afrobrasileiros. Em ambos os casos, a discriminação, para quem a pratica e para quem a sofre, parece uma consequência natural do exercício da fé.

Considerando a complexidade dessas constatações, é possível afirmar que a compreensão da intolerância religiosa pressupõe uma análise multidimensional, transcendendo as explicações dualísticas e suas abordagens. Como vimos neste texto, os casos de intolerância manifestam-se: i) na esfera das individualidades, ou seja, como parte da subjetividade dos sujeitos; ii)

na esfera comunitária, como parte das experiências nos grupos sociais na escola e na comunidade; iii) na esfera social, onde encontramos as ações governamentais; e iv) na esfera global, em que se situa o debate pelo direito à igualdade e à diferença. Portanto, um dos desdobramentos possíveis da pesquisa seria uma análise da intolerância a partir de uma perspectiva ecológica (Guattari, 1999), contemplando a articulação ético-política entre o meio-ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana.

Finalmente, esta pesquisa atesta a necessidade de envidar esforços em prol de um mundo onde as diferenças sejam compreendidas apenas como diferenças; um mundo onde a dignidade das pessoas seja marco regulador do diálogo e das relações humanas em um contexto de pluralidade cultural e religiosa, como é caracterizada a sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

BARROS, José Flávio Pessoa de. *Na minha casa: prece aos orixás e ancestrais*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

BENJAMIN, Roberto. *A África Está em Nós: história e cultura afro-brasileira*. João Pessoa: Editora Grafset, 2006.

CAVALCANTE, José Roberto. *Algumas considerações sobre a liberdade religiosa, as manifestações de intolerância e a democracia*. In: SANTOS, Ivanir dos; ESTEVES FILHO, Astrogildo. (Orgs.). *Intolerância Religiosa X Democracia*. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

CEHILA, Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina. *Escravidão Negra e História da Igreja na América Latina e no Caribe*. Petrópolis: Vozes, 1987.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

FRISOTTI, Heitor. *Comunidade Negra – Evangelização e Ecumenismo*. Caderno de pesquisa 1, Salvador, 1992.

GOFFMAN, Erving. *Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed., Rio de Janeiro: LTC, 2008.

\_\_\_\_\_. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo, 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas: Papyrus, 1999.

KUNG, Hans. *Projeto de Ética Mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*. São Paulo: Paulinas, 1993

REGA, Lourenço Stelio. *Dando um Jeito no Jeitinho: como ser ético sem deixar de ser brasileiro*. São Paulo: editor Mundo Cristão, 2000.

ROCHA, José Geraldo da. *Teologia e Negritude: um estudo sobre os Agentes de Pastoral Negros*. Santa Maria: Pallotti, 1998.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Diversidade e Ações Afirmativas*. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

SANTOS, Ivanir dos; ESTEVES FILHO, Astrogildo. (Orgs.). *Intolerância Religiosa X Democracia*. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SENNET, Richard. *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, Antonio Aparecido. In: MUNARI, João. *Heitor Frisotti sob a proteção dos orixás*. São Paulo: Alô Mundo, 2006.

SILVA, Jorge da. *Guia de Luta Contra a Intolerância Religiosa e o Racismo*. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SILVA JR., Hedio. Intolerância religiosa e direitos humanos. In: SANTOS, Ivanir dos; ESTEVES FILHO, Astrogildo. (Orgs.). *Intolerância Religiosa X Democracia*. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SILVA, Marlise Vinagre. Liberdade, democracia e intolerância religiosa. In: SANTOS, Ivanir dos & FILHO, Astrogildo Esteves. (Orgs.). *Intolerância Religiosa X Democracia*. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SILVEIRA, Renato. *Dossiê África reinventada. Do calundu ao candomblé*. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 1. n. 6, dez. 2005.

SODRE, Muniz. *O terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1988.

THEODORO, Helena. *Cultura Afro-Brasileira*. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

VERGER, Pierre Fatumbi. *ORIXAS: Deuses Iorubás na África e no Novo Mundo*. Salvador: Corrupio Edições e Promoções Culturais, 1981.

VITA, Álvaro. *Nossa Constituição*. São Paulo: Ática, 1989.